

O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais

Murilo Mendonça Oliveira de Souza,
da Unidade Universitária de Goiás
murilosouza@hotmail.com

Resumo: O presente texto tem como objetivo geral apresentar uma discussão teórico-metodológica em torno do conceito de campesinato, tendo como ponto de partida as raízes conceituais desenvolvidas com base nas concepções marxistas sobre a transição para o modo capitalista de produção. Para isto, propusemos estabelecer um debate entre a corrente interpretativa do *fim do campesinato*, que assume o campesinato como resquício do feudalismo e o grupo de autores que visualizaram a *resistência camponesa* contraditoriamente consolidada no âmbito capitalista de desenvolvimento. Esperamos com este diálogo teórico contribuir para a reflexão sobre o campesinato brasileiro, classe social que adaptativamente também se territorializou em nosso país.

Palavras-chave: Campesinato; anarquismo agrário; modo de produção capitalista.

INTRODUÇÃO

O camponês é um *gato de sete vidas*, pois, em cada modo de produção, ele renasce com novas características, adaptando-se histórica e socialmente. Nas sociedades escravocratas, feudais ou socialistas, o campesinato encerrou particularidades específicas, construindo sua existência a partir das condições presentes. Assim, como nos diz Santos (1978), o camponês não é a personificação de um processo de trabalho especificamente capitalista. Pois, da mesma forma que, no contexto capitalista, o campesinato agrega elementos próprios, determinados espacial e temporalmente, nos modos de produção anteriores também assumiu características intrínsecas, mantendo, contudo, sua base na unidade de produção familiar. Portanto, é através de um processo histórico de adaptação que a classe camponesa deve ser, em primeiro lugar, compreendida. Da mesma forma, é preciso que a busca de compreensão desse processo adaptativo, dentro do modo de produção capitalista, esteja inserida em uma perspectiva de interpretação dialética. Nas palavras de Margarida Maria Moura:

[...] o camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal. Teve suas formas de produção e organização de vida redefinidas e, em larga medida, postas a serviço de uma realidade estrutural mais poderosa: a engrenagem de reprodução do capital. (MOURA, 1986, p. 18-19).

A dialética adaptativa do camponês a diferentes modos de produção e, especificamente, ao capitalismo, não foi, contudo, a perspectiva mais considerada entre as diversas interpretações que buscaram analisar o campesinato em sua trajetória histórica. Desde o século XIX, teóricos e políticos, burgueses e marxistas, debruçam-se sobre questões do desenvolvimento capitalista no campo, tentando prever o destino da agricultura familiar camponesa. Majoritariamente, tais previsões indicaram o desaparecimento do campesinato como modo de produzir e viver, admitindo-o como um resquício feudal que deveria ceder lugar às formas capitalistas de produção.

Os estudiosos e, principalmente, os políticos conservadores foram unânimes em prever o desaparecimento da pequena produção camponesa. Em primeiro lugar, porque, ideologicamente, as ciências modernas, entre elas as sociais, construíram uma relação umbilical com a classe dominante burguesa e, por isso, professaram o pleno desenvolvimento das relações capitalistas de produção, seja na cidade ou no campo. E, em segundo lugar, porque, partindo do exemplo europeu ocidental, onde o campesinato foi expropriado em pouco tempo, durante o processo de transição entre feudalismo e capitalismo, seria *natural* que o mesmo ocorresse em outras partes da Europa e do mundo.

Na interpretação marxista, contudo, o debate em torno do campesinato não ocorreu de forma tão homogênea como o foi entre os burgueses. Isto decorre, em boa medida, do fato de Karl Marx não ter deixado uma construção teórica específica sobre a situação camponesa, abrindo margem para interpretações divergentes e, por vezes, decorrentes da ortodoxia das análises, equivocadas. Assim, enquanto alguns teóricos marxistas visualizaram na agricultura camponesa um entrave para o amplo desenvolvimento do capitalismo no campo e, conseqüentemente, para preparar as condições materiais do socialismo, outros identificaram elementos progressistas que permitiriam a contraditória sobrevivência camponesa no mundo capitalista.

Considerando tal contexto, o presente texto tem como objetivo geral promover uma reflexão teórico-metodológica sobre a categoria

campesinato, partido basicamente das principais teorias formuladas a partir das concepções marxianas e marxistas, desde meados do século XIX. Para isto, tendo como ponto de partida o método crítico-marxista, nos baseamos no estudo de autores cujas ideias refletiram as principais divergências quanto ao desenvolvimento do capitalismo no campo e o futuro do campesinato. Para o debate aqui apresentado, propomos enquadrar tais pensadores em dois grupos principais, aqueles que pregavam o *fim do campesinato* e os que defenderam a *resistência camponesa* como classe social no sistema capitalista de produção.

No primeiro grupo, incluímos, basicamente, os social-democratas, destacando entre seus principais representantes o alemão Karl Kautsky e o russo Vladimir Lênin. No segundo grupo, por outro lado, situamos teóricos que divergiram das correntes dominantes do pensamento marxista. Mas que, exatamente por isso, foram resgatar elementos dialéticos, na própria teoria marxiana, que pudessem embasar sua proposta, na qual o campesinato representava uma alternativa de resistência dentro do capitalismo. Inserimos neste grupo os populistas russos (*narodniks*), os geógrafos anarquistas agrários e a escola para análise da organização e produção camponesa¹, representada basicamente pelo russo Alexander Chayanov. Englobando estas duas perspectivas teóricas, apresentamos inicialmente um breve resgate dos autores que profetizaram sobre o desaparecimento da figura do camponês no capitalismo e, posteriormente, as construções teóricas de pensadores que defenderam o campesinato como classe social inserida de forma dialeticamente contraditória neste no modo capitalista de produção.

O CAPITALISMO E O “FIM DO CAMPESINATO”

Desde meados do século XIX, quando a análise do capitalismo agrário passou a ser desenvolvida, até os dias atuais, vários os estudos que têm buscado compreender os avanços e retrocessos, teóricos e práticos, da agricultura camponesa no contexto capitalista. O grupo dominante de discussão teórica no campo das ciências sociais, contudo, buscou recorrentemente professar o desaparecimento do camponês no âmbito do modo capitalista de produção, consolidando uma corrente de interpretação

1. Tradução livre do espanhol. Texto original: “Escuela para el análisis de la organización e producción campesinas” (ARCHETTI in CHAYANOV, 1974).

que visualiza o campesinato como resquício de um modo de produção anterior.

No âmbito desta corrente interpretativa, pregava o *fim do campesinato*, destacamos a obra *A Questão Agrária* de Karl Kautsky, publicada em 1899, que procurou mostrar a superioridade da grande produção capitalista sobre a pequena, considerando o campesinato como uma anomalia em vias de liquidação. O autor, em sua análise, entendeu que a adaptação camponesa, ocorrida nos modos de produção precedentes, não surtiria efeito no contexto econômico avassalador do capitalismo. A lógica industrial ligada ao capital seria expandida rapidamente ao campo, transformando as terras em meios de produção capitalista e os camponeses em força de trabalho para a atividade industrial. Esse debate, com origem no partido socialdemocrata alemão, previa o controle da produção nas mãos de alguns poucos capitalistas, reduzindo, assim, as possibilidades de evolução da agricultura à concentração da propriedade da terra.

A socialdemocracia formula a lei deste desenvolvimento em termos simples: a concorrência deve eliminar progressivamente os camponeses, em favor dos grandes capitalistas agrários que disponham de capitais necessários à utilização da mecanização; a concentração da propriedade do solo é a tendência deste desenvolvimento, como o é a da propriedade do capital. (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p. 25)

A partir do processo de concentração da terra por produtores capitalistas é que, na concepção de Kautsky (1986), o modo de vida camponês (segundo o autor, um resquício indesejável do feudalismo) seria rapidamente transformado e, conseqüentemente, eliminado. Visualizou na estrutura camponesa de organização social e produtiva um entrave ao pleno desenvolvimento do capitalismo, o que ocasionaria também um obstáculo à criação de condições para a instalação do modo de produção socialista. Assim, para Kautsky (1986), a substituição do campesinato por grandes explorações mecanizadas, a exemplo da indústria, era não somente inevitável como também desejável para que o materialismo histórico se encarregasse de direcionar a conflagração do socialismo.

A expropriação do pequeno produtor e a sua transformação em trabalhador assalariado seria, portanto, não apenas um processo inevitável – decorrência necessária do desenvolvimento do capitalismo no campo – como também positivo. Em comparação com a miséria em que viviam os pequenos pro-

dutores, Kautsky afirmava que operários bem nutridos e bem remunerados, trabalhando em grandes empresas, era a condição indispensável para uma exploração racional da agricultura. (ARAÚJO, 2002, p. 66)

Na mesma linha, estabelecida por Kautsky, seguiram as previsões de Vladimir Lênin a respeito do campesinato. Como destacaram Amin e Vergopoulos (1977), Lênin partiu de posições teóricas dogmáticas por influência direta de Plekanov² e do próprio Kautsky. Construindo sua proposta teórica em contraposição à concepção dos populistas russos (narodniks)³, que consideravam que o princípio comunitário do campesinato impediria o açambarcamento da produção agrícola pelo capital, Lênin previa a rápida inserção da agricultura aos moldes capitalistas da indústria. Referindo-se à agricultura russa, ele procurou demonstrar que o capitalismo já estava, em fins do século XIX, trilhando um caminho sem volta, ao promover um intenso enquadramento das atividades agrícolas ao padrão industrial de produção.

O capitalismo agrário sacudiu pela primeira vez a estagnação secular da nossa agricultura, deu um imenso impulso à transformação da sua técnica, ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Aqui, uns poucos decênios de “rompimento” capitalista fizeram mais do que séculos inteiros da história precedente. A uniformidade da economia natural rotineira foi substituída pela diversidade de formas da agricultura comercial; os instrumentos agrícolas primitivos começam a ceder lugar a instrumentos e máquinas aperfeiçoadas; o imobilismo dos antigos sistemas de cultura foi minado por procedimentos modernos. [...] o capitalismo destruiu o espírito estreito e provinciano; substituiu as pequenas divisões medievais dos agricultores por apenas uma grande divisão, que incide sobre o conjunto da nação. (LÊNIN, 1982, p. 204-205)

Essa concepção revela, portanto, a proximidade do pensamento de Lênin com o kautskyano quanto à inadaptabilidade do campesinato ao modo capitalista de produção. Ambos fizeram, no âmbito da socialdemocracia, uma

2. Plekanov foi integrante do grupo populista russo (narodniks) e do partido social revolucionário, mas, posteriormente, adotou uma postura mais centralizada, a exemplo de Kautsky, configurando-se como figura importante do partido social-democrata russo.

3. Os populistas russos (narodniks) defendiam a possibilidade de que, com base na consistência do campesinato comunitário, seria possível saltar diretamente das bases camponesas (resquícios feudais) para o socialismo, sem que fosse necessário esperar o desenvolvimento material provido pelo capitalismo. Inicialmente, Lênin construiu suas propostas em contraposição a esta idéia, mas, após a Revolução Russa, mudou sua postura quanto ao papel dos camponeses, se rendendo a alguns pressupostos populistas. Para maior aprofundamento consultar Velho (1979) e Guzmán; Molina (2005).

leitura ortodoxa da concepção materialista-histórica desenvolvida por Karl Marx, deixando em segundo plano a perspectiva dialética. Tanto Kautsky como Lênin transpuseram mecanicamente a construção marxiana, com base no desenvolvimento do capitalismo ocidental, em especial no território inglês. E aí o campesinato não constituía mais do que uma classe colocada fora de seu tempo. Deveria, por isso, ceder lugar ao novo. E o novo, de acordo com estes autores, era a agricultura mecanizada, espelhada nas técnicas industriais e urbanas de produção.

Ao contrário de Kautsky, contudo, Lênin viria a reconsiderar algumas de suas posições a respeito da função do camponês no capitalismo, em especial, depois da revolução de 1905. Foi, por isso, acusado de populista pela socialdemocracia. Reconheceu politicamente, de acordo com Araújo (2002), que o apoio dos camponeses havia sido fundamental para a vitória na Revolução Russa. Dizia, então, que as palavras de ordem *paz, pão e terra* não poderiam ser descartadas após a tomada do poder. E, de fato, após a conquista do poder, Lênin manteve temporariamente, ao lado da propriedade socialista da terra, a propriedade privada camponesa. Mas, no entanto, essa sua mudança parcial de postura foi muito mais política do que propriamente teórica, não tocando profundamente na essência de sua concepção quanto às possibilidades de sobrevivência do campesinato no capitalismo.

O CAMPONÊS É UM “GATO DE SETE VIDAS”: A RESISTÊNCIA CAMPONESA NO DEBATE TEÓRICO MARXISTA

No âmbito do grupo que considerava a possibilidade de uma *resistência camponesa*, elementos marxistas para uma teoria contraposta de fato à profecia do fim do campesinato vinham sendo reunidos desde meados do século XIX. Os narodniks buscavam, desde então, situar o campesinato como força revolucionária, enxergando na comuna russa, como mostra Velho (1979, p. 77), “[...] uma espécie primitiva de socialismo que poderia constituir o embrião de uma forma mais elevada de socialismo”. Concretamente, a questão colocada pelos narodniks, organizados então no Partido Social-Revolucionário, com respeito ao papel do campesinato no avanço para o socialismo, era a seguinte:

[...] que papel poderia desempenhar o campesinato neste processo [na Revolução Socialista]? E na Rússia esta questão era ainda mais angustiante porque o estágio futuro pelo qual lutavam os revolucionários era o socia-

lista e a comuna rural já vivia e praticava um tipo de igualitarismo bastante eficiente e fincado nas tradições populares da Rússia rural. Para que então destruir estas relações igualitárias, firme e profundamente ancoradas no campesinato e, por decorrência, em todo o povo russo, se o passo atual era lutar contra a desigualdade capitalista, se o socialismo já estava na ordem do dia? (MALAGODI, 2005, p. 107)

Esse questionamento tornou-se tão significativo entre os populistas que, em 1881, em nome de Vera Sassulitch, os narodniks escreveram a Marx interrogando-o sobre alguns pontos de sua obra, em especial, *O Capital*, traduzido para o russo, em 1873, e já bastante difundido entre os políticos e estudiosos do país. Questionavam, principalmente, a decretação do fim do campesinato supostamente identificada na teoria marxiana. Sassulitch *apud* Malagodi (2005, p. 107), defendendo uma possível função do campesinato como classe revolucionária, direcionou-se a Marx, ironicamente, da seguinte forma:

Se, porém, ao contrário, a comuna [camponesa] está destinada a perecer não resta ao socialista, como tal, senão começar a fazer cálculos, mais ou menos mal fundados, para saber em quantos decênios a terra do camponês passará de suas mãos para as da burguesia, em quantos séculos, talvez, o capitalismo chegará na Rússia a um desenvolvimento semelhante àquele da Europa ocidental.

Aconteceu que, após a leitura da obra de Marx, os narodniks, que vinham já há algum tempo trabalhando com a possibilidade de saltar a etapa capitalista em direção ao socialismo, colocaram em cheque sua própria proposta. Estudavam, então, qual seria a consequência política e prática decorrente da situação do campesinato na proposta revolucionária. Seria o campesinato uma força revolucionária ou um empecilho à revolução socialista? Que função, de fato, poderia e deveria o camponês assumir no contexto de transformação para uma sociedade mais igualitária?

Porém, Karl Marx respondeu à carta do grupo, alertando, em primeiro lugar, para o fato de que sua teoria havia sido construída a partir da perspectiva inglesa, sendo que, para compreender o caso russo, seria importante considerar os elementos próprios do desenvolvimento do campesinato naquele país. Explicou, também, que se apropriando dos resultados positivos produzidos pelo capitalismo, a Rússia poderia ser capaz de desenvolver e transformar a forma arcaica de sua comunidade aldeã, ou

seja, do campesinato comunal, ao invés de destruí-la. Em sua carta-resposta, Marx procurou demonstrar, ainda, que ao campesinato russo correspondiam características vantajosas em relação ao campesinato da Europa ocidental. Entre elas, o fato do campesinato russo ter se mantido em escala nacional e ser contemporâneo do capitalismo ocidental, o que lhe permitiria apropriar-se dos frutos capitalistas sem se submeter a seu *modus operandi* (MARX, 2005).

Portanto, especificamente nesta carta, Marx não nega a possibilidade de sobrevivência e adaptação do camponês ao modo capitalista de produção. Pelo contrário, reafirma a dialética inerente às possibilidades camponesas. É importante ter em mente, ao mesmo tempo, como nos diz Shanin (2005, p. 6), que o “[...] insight e a inspiração de Marx, no que se refere aos camponeses são, em grande parte, os de um europeu da Europa Central (com conhecimento das línguas e a tradição da Europa Oriental), situado no meio inglês de um capitalismo *descamponesado*”.

A dialética demonstrada por Marx, no entanto, não foi suficiente para promover uma reflexão especificamente russa quanto aos rumos do campesinato. Pois, contraditoriamente, alguns anos depois da comunicação com Marx, grande parte dos populistas russos, com destaque para Plekanov, constituíram o Partido Social-Democrata, assumindo uma concepção marxista ortodoxa. Nessa concepção, o campesinato deixava de ser uma classe potencialmente revolucionária para representar, na melhor das hipóteses, o papel de coadjuvante no processo revolucionário russo.

As proposições iniciais dos narodniks eram compartilhadas, parcialmente, por outros grupos teóricos. Importa, nesse momento, no entanto, lembrar a contribuição do *anarquismo agrário*, no âmbito do qual situamos os geógrafos Piotr Kropotkin e Élisée Reclus. O anarquismo agrário cultivou, como concepção central, o potencial revolucionário do campesinato a partir da comuna rural. De acordo com os anarquistas, a comuna rural poderia apenas padecer devido à opressão representada pelo Estado, seja ele capitalista ou socialista. Nas palavras de Kropotkin:

[...] as teorias correntes dos economistas burgueses e de alguns socialistas afirmam que a comuna morreu na Europa Ocidental de morte natural, já que se encontrou que a posse comunal da terra era incompatível com as exigências contemporâneas do cultivo da terra. Mas a verdade é que em nenhuma parte desapareceu a comuna aldeana por própria vontade, ao invés, em todas as partes, as classes dirigentes precisam de vários séculos de medidas estatais persistentes para desarraigar a comuna e confiscar as

terras comunais. [...] para abreviar, o que se dizia a respeito da morte natural das comunas aldeanas, em virtude das leis econômicas, constitui uma brincadeira tão pesada como se falássemos da morte natural dos soldados caídos no campo de batalha. (KROPOTKIN, 2006, p. 111-113)

É oportuno lembrar que Marx, em sua já citada carta-resposta a Vera Sassulitch, aproximou-se bastante da ideia defendida por Kropotkin na citação acima. Não como fundamento, mas na perspectiva conjuntural, Marx também ressaltou a expropriação sofrida pelo campesinato russo a partir das políticas estatais. Dizia ele que: “Desde a assim chamada emancipação dos camponeses, a comuna russa foi colocada pelo Estado em condições econômicas anormais, e, depois deste tempo, não parou de oprimi-la com as forças sociais concentradas em suas mãos” (MARX, 2005, p. 115). Karl Marx caracterizou o processo como uma ação estatal contra as comunas camponesas, consubstanciado em uma conspiração de forças e interesses poderosos.

Outro elemento bastante valorizado por Kropotkin, em sua defesa do campesinato, foi o *apoio mútuo*, apresentado por ele como importante categoria de análise da questão agrária europeia. Esse elemento de resistência estava, de acordo com ele, na base da organização da comuna rural. Nesse sentido, por meio do apoio mútuo, o campesinato comunitário organizava-se em defesa contra inimigos externos, articulava a participação democrática nos assuntos comuns e desenrolava o progresso econômico, intelectual e moral da época. Logo, a comuna rural uniu os homens, deu-lhes a possibilidade de desenvolver as instituições sociais, permitindo-lhes atravessar os períodos difíceis da história humana (GUZMÁN; MOLINA, 2005). Essa mesma categoria, o apoio mútuo, faria então o campesinato buscar sua adaptação ao modo capitalista de produção.

Na mesma linha traçada por Kropotkin, seguiram as teorias de Élisée Reclus. Em seus estudos, muitos deles compartilhados com o geógrafo russo, condenou o latifúndio como sendo responsável pela pobreza em todas as partes do mundo, como mostra na citação que segue. Ao mesmo tempo, defendeu a consistência do desenvolvimento camponês que, de acordo com ele, não estava estagnado, mas, ao contrário, em franco processo de evolução e aprendizagem. Ressaltou que, enquanto a produção capitalista desenvolvida nos países ocidentais europeus e americanos já entrava em crise no fim do século XIX, a produção camponesa coletiva construía gradativa e dialeticamente seu lugar no capitalismo.

[...] é preciso não esquecer de que o latifúndio, em sua essência, comporta fatalmente a privação da terra para um grande número: se alguns têm muito, é porque a maioria não tem nada. Alguns grandes proprietários, atraídos pela paixão da terra, podem também ter a ambição de ser admirados como benfeitores locais; mas o fato de que a grande propriedade devora a terra ao seu redor é um desastre apenas menor que a devastação e o incêndio; ela termina, aliás, por chegar ao mesmo resultado, isto é, à ruína das populações e muitas vezes à própria ruína da terra. (RECLUS, 1985, p. 90)

[...] na pequena propriedade a *iniciativa* conseguiu prosperar até entre os horticultores e pequenos cultivadores do mesmo modo que entre os ricos agrônomos, embora com menos fausto e menos publicidade. O pobre é sem dúvida rotineiro e não arrisca seus poucos centavos sonogados ao fisco e à usura senão com grande prudência, mas mesmo assim os arrisca; alguns sabem observar, experimentar, aprender: as gerações, os séculos não passam para elas sem que tenham realizado experiências duráveis. (RECLUS, 1985, p. 91, *grifos nossos*)

Reclus revela, ao mesmo tempo, o poder destrutivo do latifúndio e a capacidade de resistência do campesinato. Essa compreensão foi possível, como destacou Bombardi (2007), porque Reclus e Kropotkin captaram, no âmbito da geografia, a luta de classes, a ação política camponesa e o significado da apropriação privada da terra no período em que viveram. Nesse sentido, construíram uma proposta que situou o campesinato como grupo destacado no processo de mudança social, capaz de evoluir tanto social como tecnicamente. Elementos presentes nas teorias de Kropotkin e Reclus, como a ajuda mútua e o poder evolutivo cadenciado do camponês, podem ser identificados, de forma bastante atual, na prática cotidiana da agricultura camponesa brasileira.

Tratando ainda daqueles que visualizaram a possibilidade de resistência camponesa no mundo capitalista, cabe uma referência à importante contribuição de Alexander Chayanov. Desde os primeiros anos do século XX, no contexto da *escola para análise da organização e produção camponesa*, este autor buscou polemizar com populistas e marxistas ortodoxos sobre a questão agrária. Essa polêmica materializou-se, contanto, apenas em 1925, com a publicação de *La Organización de La Unidad Económica Campesina* (CHAYANOV, 1974). A obra é resultado de observações realizadas por Chayanov em território russo, nas primeiras décadas do século XX, quando procurou desvelar as contradições do campesinato no âmbito do avanço capitalista sobre o campo. Samir Amin e Kostas Vergopoulos (1977) resumiram

bem os pressupostos primordiais que impulsionaram a construção da teoria sobre o campesinato de Chayanov.

Chayanov parte da análise de um modo de produção camponês, não capitalista, cujas unidades elementares são constituídas por famílias de camponeses trabalhadores, proprietários do solo, e cujo produto é destinado, principalmente à auto-subsistência da família, estando comercializada apenas uma fração deste (para fazer face ao imposto e porque existe uma demanda urbana que, em contrapartida, pode oferecer bens manufaturados competitivos como os do artesanato rural). A unidade elementar é, ao mesmo tempo, unidade de produção e de consumo, as trocas mercantes são apenas marginais: os ruralistas sabem perfeitamente que a vida camponesa não é apenas organizada em torno da produção, como o é a empresa industrial; sabem que ela tanto é um modo de existência, de vida, quanto um modo de produzir. Nessas condições, Chayanov introduz a ideia de que a organização da produção (quantidades de diferentes produtos, métodos mais ou menos intensivos etc.) resultará do equilíbrio entre a satisfação das necessidades e as dificuldades do trabalho. (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p. 27)

Analisando o desenvolvimento capitalista na agricultura russa, Chayanov observou a enorme capacidade de resistência da economia camponesa à concorrência capitalista, desde que produzia não para o mercado, mas para a sua reprodução como grupo social. O camponês estaria enquadrado, na teoria de Marx, como produtor simples de mercadoria. Ou seja, o dinheiro estaria presente apenas como mediação entre dois valores de uso qualitativos para o camponês, ou como meio de subsistência ou de produção. Assim, o movimento de circulação apresentaria diferença fundamental entre a produção camponesa e a capitalista *stricto sensu*.

Na produção capitalista temos para definir seu movimento a fórmula D-M-D [Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro] na sua versão simples e D-M-D' [Dinheiro-Mercadoria-Mais Dinheiro] na sua versão normal, ampliada portanto. Enquanto na produção camponesa estamos diante do movimento expresso na fórmula M-D-M [Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria]. Por conseguinte, a lógica da produção camponesa está assentada na forma simples de circulação das mercadorias, onde se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender para comprar. (OLIVEIRA, 1996, p. 52)

A partir dessa ideia central, Chayanov entendeu que o camponês poderia aceitar remunerações tão baixas que fariam a agricultura capitalista perder todo seu poder competitivo (AMIN; VERGOPOULOS, 1977). A

contradição do campesinato em sua inserção no contexto capitalista, assim como sua facilidade em se adaptar às regras do capital, seriam os elementos responsáveis por permitir a persistência do camponês no novo sistema, ainda que de forma subordinada.

Trata-se, simplesmente, de apreender o processo de reconstituição do campesinato como movimento contraditório: de um lado, o MPC [*Modo de Produção Capitalista*] transforma a agricultura a seu modo, isto é, de forma diferente em relação à indústria e, de outro lado, o camponês persiste em apegar-se a seu pequeno pedaço de terra e, sobretudo, ao seu modo de vida. Os dois movimentos coexistem, na tendência geral, em favor da manutenção da exploração agrícola familiar. (AMIN; VERGOUPOLOS, 1977, p. 137, *grifos nossos*)

Nesse sentido, em primeiro lugar, entendemos que Chayanov conseguiu captar, da teoria marxiana, elementos que a leitura ortodoxa realizada por Kautsky e Lênin negligenciou. Enquanto que para estes, de acordo com Amin e Vergopoulos (1977), o materialismo funcionava de maneira unívoca, onde a consciência de classe seria um simples produto das condições materiais de existência, aquele entendeu que para Marx a ideologia depois de penetrar as massas torna-se, também, uma força material. Isto quer dizer, primordialmente, que Chayanov construiu, a partir da dialética marxista, uma proposta para estudar a inserção não-capitalista do camponês no modo capitalista de produção.

Assim, parte do mérito de Chayanov foi o de garimpar na teoria marxiana, assim como fizeram nas últimas décadas do século XIX os narodniks (populistas russos), elementos que demonstrassem a sobrevivência e reprodução do camponês, ainda que subordinada ao capitalismo. Visualizou na condição camponesa uma adaptação às regras deste modo de produção. Ou melhor, buscou analisar o campesinato a partir de sua inserção no sistema capitalista. E assim, ao contrário de Kautsky, não professou o desaparecimento do campesinato, mas sua reprodução contraditória em um ambiente de dominação capitalista. Estas concepções, contudo, foram historicamente degredadas, somente nas últimas décadas sendo de fato resgatadas. Isto levou, entre outras questões, ao esquecimento também político da classe social camponesa, que raramente foi atendida em suas necessidades pelas políticas públicas construídas no mundo e, especialmente, no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de transição para o modo de produção capitalista promoveu uma intensa transformação, não somente na base material como também no campo das ideias. Nesse contexto, diversos autores buscaram interpretar os novos sentidos conferidos a cada tema. O campesinato, em tal contexto, foi analisado, destacadamente, como uma classe social fora de seu tempo, como um resquício do feudalismo, em vias de desaparecimento no novo modo de produção. Especialmente, aqueles que fizeram uma interpretação ortodoxa da teoria marxista, assumiram esta postura teórica. Por outro lado, alguns pensadores conseguiram estudar as concepções marxistas em uma perspectiva, de fato, dialética de interpretação da realidade. E, a partir daí, conseguiram construir teorias que identificaram no campesinato uma classe social contraditoriamente inserida no modo capitalista de produção.

Estes pensadores e suas teorias, contudo, foram historicamente degradados a um segundo plano. A discussão apresentada por Alexander Chayanov, por exemplo, somente na metade final do século XX, por Theodor Shanin, foi resgatada. O caso da construção teórica dos geógrafos Eliséé Reclus e Piotr Kropotkin foi ainda mais emblemático. Estes pensadores já haviam, ao final do século XIX, analisado o campesinato como classe social no âmbito capitalista, destacando sua força de resistência e sua adaptabilidade a este novo modo de produção. Estes autores foram, convenientemente, esquecidos não somente na geografia de forma específica, como no pensamento sociológico de forma geral.

Nesse contexto, o campesinato, assim como previram Chayanov, Reclus, Kropotkin e vários outros, não somente resistiram como se adaptaram dialeticamente ao capitalismo. E isto ocorreu, é importante destacar, contra todas as políticas públicas e privadas desenvolvidas ao redor do mundo, o que revela ainda mais a importância do campesinato para o desenvolvimento social do campo.

Somente nos últimos anos alguns autores das ciências sociais vêm resgatando estas teorias e reconstruindo uma categoria de análise teórica, mas também uma categoria política. No território brasileiro, ainda que autores específicos como José Martins de Souza já tivessem iniciado este debate, tal resgate teve influência direta da organização dos movimentos sociais no campo, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esta inserção do campesinato como categoria teórica e

política, no entanto, encontrou um contraponto também muito sólido, que cunhou o conceito de agricultura familiar, que, por sua vez, influenciou decisivamente a construção de políticas públicas no país. Por isso, é necessário que ampliemos ainda mais o debate que defende o campesinato como classe social contraditoriamente inserida no capitalismo, especialmente para que possamos instrumentalizar o estabelecimento de políticas públicas específicas a classe social camponesa.

THE PESANTRY IN CAPITALISM WAY OF PRODUCTION: THEORY ROOTS

Abstract: This paper intends to present a theoretical and methodological discussion on the concept of peasantry, taking as its starting point the conceptual roots developed on the basis of Marxist ideas about the transition to the capitalist way of production. For this, we proposed to establish a debate between the current interpretation of the end of the peasantry, who assumes the peasantry as a remnant of feudalism and the group of writers who viewed the peasant resistance paradoxically consolidated within capitalist development. We hope this dialogue contribute to the theoretical reflection on the Brazilian peasantry, social class that also territorialized itself in our country.

Keywords: Peasantry; agrarian anarchism; capitalist way of production.

REFERÊNCIAS

- AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. *A questão agrária e o capitalismo*. Tradução de Beatriz Resende. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ARAÚJO, M. P. N. A questão camponesa na teoria marxista clássica. In: CHEVITARESE, A. (Org.). *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002. p. 65-74.
- BOMBARDI, L. M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. *GEOUSP – espaço e tempo*, São Paulo, n. 14. p. 107-117, 2003.
- CHAYANOV, A. *La organización de la unidad económica campesina*. Traducción... Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- GUSMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção os Economistas).
- KROPOTKIN, P. *O apoio mútuo*. Tradução de 2006. Disponível em: <http://www.portal-gens.com.br/portal/images/stories/pdf/apoiomutuo.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2010.

KROPOTKIN, P. *O que a geografia deve ser*. Disponível em: <http://www.geocritica.com.br/texto08.htm>. Acesso em: 20 fev. 2010.

LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção os Economistas).

MALAGODI, E. Marx e os camponeses russos. *Revista Raízes*, Campina Grande, v. 24, n. 1 e 2, p.104-109, jan. dez de 2005.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção os Economistas).

MARX, K. Rascunhos da carta a Vera Sassulitch de 1881. *Revista Raízes*, Campina Grande, v. 24, n. 1 e 2, p.110-123, jan./ dez. 2005.

MOURA, M. M. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

OLIVEIRA, A. U. *A agricultura camponesa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Coleção Caminhos da Geografia).

RECLUS, Élisée. *Élisée Reclus*. Organizado por Manuel Correia de Andrade. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 49).

SANTOS, J. V. T. *Os colonos do vinho*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SHANIN, T. *La clase incómoda*. Tradução: Fernando Andrada Tapia. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista NERA*, Presidente Prudente/SP, ano 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: Julho de 2011.

Sobre o autor

MURILO MENDONÇA OLIVEIRA DE SOUZA. Possui graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Geografia pela Faculdade Católica de Uberlândia (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2004) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2011). Atualmente é professor efetivo do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Goiás). Tem experiência na área de Geografia Agrária, com ênfase em Questão Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: campesinato, agroecologia, reforma agrária, desenvolvimento rural, extensão rural e assentamento rural.

Recebido para avaliação em 01 de junho de 2012

Aceito para avaliação em 15 de julho de 2012